

# TEXTO 9

## MÓDULO 9 - FALHAS GENÉTICAS DA DEMOCRACIA

A democracia tem proteção eficaz contra o discurso inverídico? A democracia tem proteção eficaz contra o uso da democracia contra a democracia? Quais os problemas da democracia representativa ser confundida pelos seus atores (para todos os efeitos práticos) como sistema eleitoral? A democracia representativa, ao virar um modo político de administração de uma estrutura desenhada para a guerra (o Estado-nação) adotou uma dinâmica adversarial (dita competitiva): em que medida isso dificulta a constituição de um sentido público?

## MÓDULO 9

### FALHAS GENÉTICAS DA DEMOCRACIA

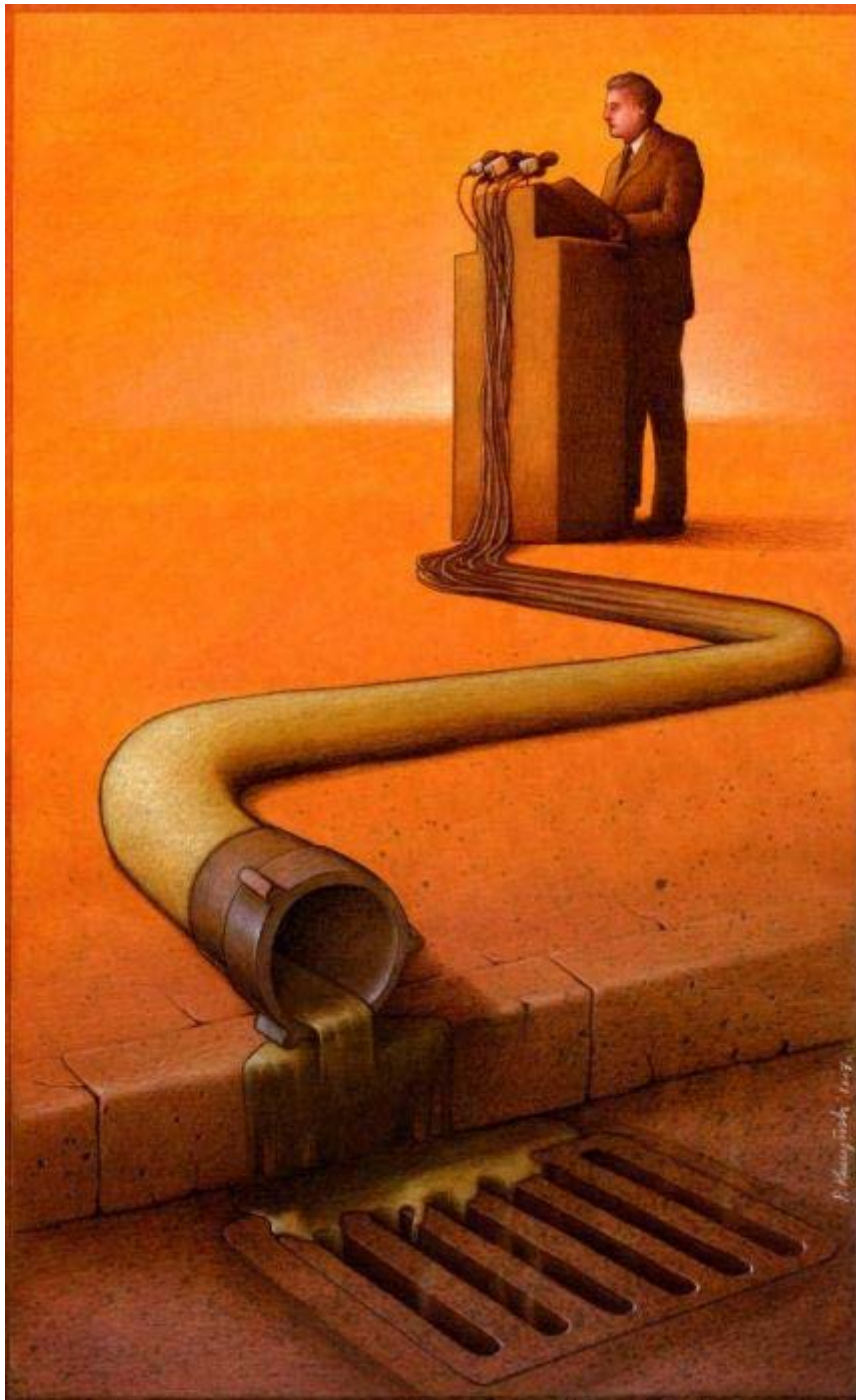
A democracia tem proteção eficaz contra o discurso inverídico? A democracia tem proteção eficaz contra o uso da democracia contra a democracia? Quais os problemas da democracia representativa ser confundida pelos seus atores (para todos os efeitos práticos) como sistema eleitoral? A democracia representativa, ao virar um modo político de administração de uma estrutura desenhada para a guerra (o Estado-nação) adotou uma dinâmica adversarial (dita competitiva): em que medida isso dificulta a constituição de um sentido público?

### ADVERTÊNCIA ANTES DE COMEÇAR A LEITURA

Todos os textos refletem as opiniões de seus autores. Isto vale, é claro, para o texto apresentado a seguir. Nenhuma pessoa é obrigada a concordar com as visões expostas aqui e nem será cobrada por saber reproduzir tais visões, que permanecem abertas à questionamentos de forma e conteúdo.

## A DEMOCRACIA TEM PROTEÇÃO EFICAZ CONTRA O DISCURSO INVERÍDICO?

*Se os votos da maioria da população pudessem ficar acima das instituições, não haveria possibilidade de democracia.*



É reconhecidamente uma falha “genética” da democracia sua falta de proteção contra o discurso inverídico, pelo menos no curto prazo. Tal falha – que já se manifestava entre os gregos (como jactância, por exemplo) – manifesta-se atualmente como bravata ou, simplesmente, como mentira mesmo, no nível mais chulo do termo. O discurso inverídico é, em geral, feito na forma de promessas ao povo, que não poderão ser cumpridas, mas que têm como objetivo apenas angariar simpatias e votos. Ontem como hoje tudo se baseia na ideia demagógica de que democracia é fazer a vontade do povo.

A ideia de que democracia é fazer a vontade do povo é uma variante populista de (in)compreensão da democracia. O fato de a democracia ser uma política feita *ex parte populis* não significa que alguém – um representante supostamente ungido pelo povo – possa encarnar a missão de fazer a vontade do povo (e, antes disso, que tal representante tenha o condão de interpretar essa vontade), como sugere a expressão. Ao contrário, no máximo, seria possível dizer que a democracia é uma maneira de o povo realizar sua vontade, mas referindo-se isso ao processo democrático como um todo e não à delegação de tal missão a um representante escolhido por maioria.

A mitificação da noção de ‘vontade do povo’ leva, não raro, a outras perversões, como a de que os votos da maioria da população estão acima das decisões das instituições democráticas quando tais instituições representam apenas as minorias e a de que um grande líder identificado com o povo pode fazer mais do que instituições cheias de políticos controlados pelas elites.

No primeiro caso, estamos diante de um argumento construído para legitimar a degeneração das instituições, para que elas não possam mais ser capazes de frear a voracidade pelo poder da maioria. Se as instituições ficassem ao sabor da vontade da maioria, não poderiam ser fiéis do processo democrático e não poderia, a rigor, subsistir qualquer regime democrático. Instituições não têm que “representar” – *stricto sensu* – nem maioria, nem minorias. Seu papel é garantir que a democracia seja o regime em que as (múltiplas) minorias possam vir a se tornar maioria e, em qualquer circunstância, possam continuar existindo como minorias, mesmo quando já tenham sido maioria. Em suma, antes de impor uma ordem que favoreça a governabilidade (para o bom exercício dos mandatos da maioria), cabe às instituições democráticas estabelecer aquele tipo de ordem capaz de garantir a liberdade, sobretudo a liberdade daqueles que discordam da maioria e a ela se contrapõem dentro das regras institucionais vigentes. Assim, se os votos da maioria da população pudessem ficar acima das instituições, não haveria possibilidade de democracia.

No segundo caso estamos diante de uma perigosíssima afirmação para a democracia, em geral difundida por líderes populistas. Vale a pena abrir aqui um parêntese para examinar o populismo, na medida em que ele se constitui como uma forma de subverter a democracia.

O historiador mexicano Enrique Krauze (2006) escreveu recentemente que o populismo – ao contrário do que se imaginava – continua sendo uma variante política da atualidade, sobretudo na América Latina (1). Ele mostrou como está surgindo o fenômeno da emergência de um

“populismo latino-americano pós-moderno” – que também poderia ser chamado de neopopulismo – que se diferencia das formas tradicionais, mais conhecidas (de populismo), que se caracterizavam por uma irresponsabilidade macroeconômica.

Líder carismático, demagogia e palanquismo, dificuldade em aceitar a crítica e a opinião do outro, esbanjamento de recursos públicos (sobretudo para financiar gastos crescentes do Estado com pessoal, quer dizer, com aparelhamento), assistencialismo, incentivo à divisão da sociedade na base dos pobres contra os ricos (ou do povo contra as elites), mobilização das massas, criação de inimigos, desprezo pela ordem legal e desvirtuamento das instituições – todos esses ingredientes, quando combinados, compõem a fórmula do novo populismo.

O neopopulismo é esse novo tipo de populismo que floresce quando líderes carismáticos e salvacionistas, apoiados por correntes estatistas e corporativistas, apossam-se, pela via eleitoral, das instituições da democracia e as corrompem, gerando um ambiente degenerativo que perverte a política, privatiza partidariamente a esfera pública e enfraquece a sociedade civil. Trata-se de uma vertente política de caráter autoritário, que convive com a democracia, mas que exerce sobre ela uma espécie de parasitismo; ou seja, que usa a democracia contra a democracia para enfrear e reverter o processo de democratização da sociedade, assegurando condições para a permanência, por longo tempo, de um mesmo líder e de seu grupo no poder. Inevitavelmente, quando não abole a democracia (em geral tal vertente não age assim), o

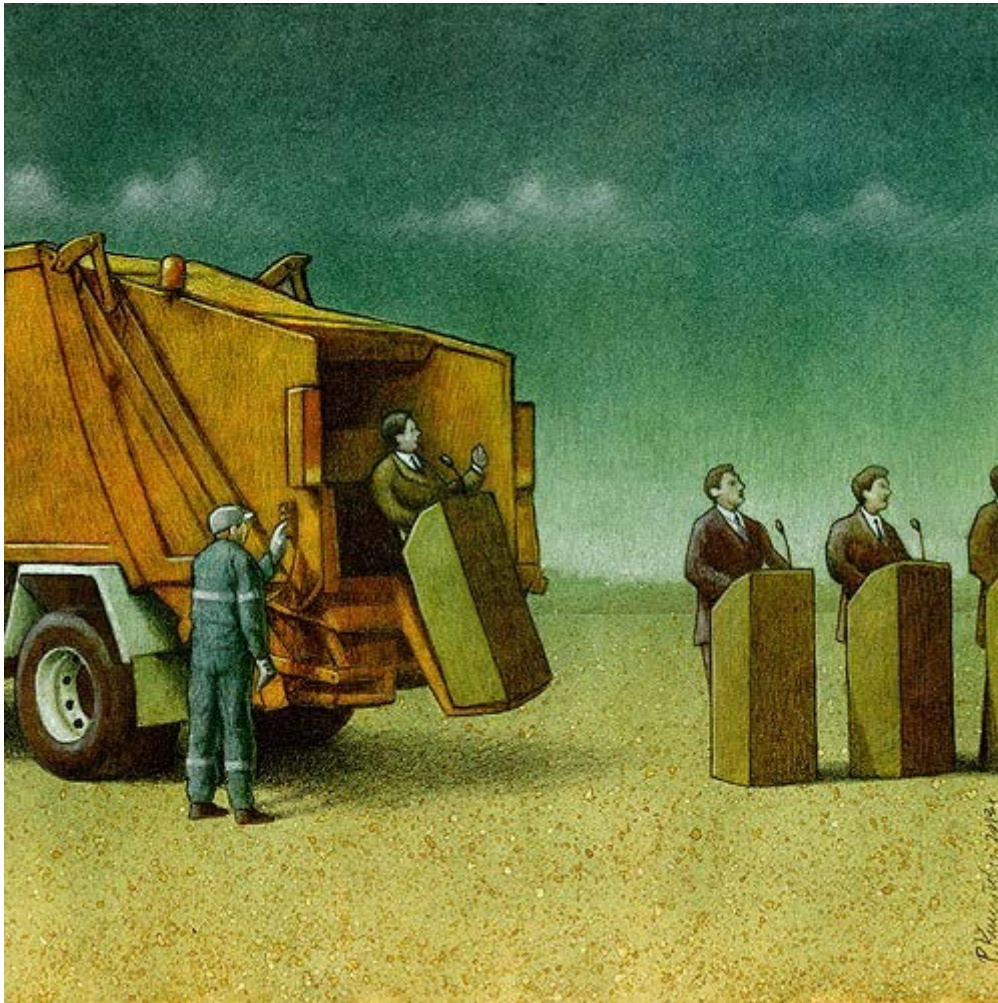
neopopulismo provoca seu decaimento para regimes eleitorais com alto grau de antagonismo ou democracias de baixa intensidade.

Esse tipo de projeto de poder em geral não trabalha por fora das instituições e sim por dentro (daí sua característica de parasitismo da democracia). Enganam-se, portanto, os que acham que vão surpreender os neopopulistas em uma tentativa de golpe de Estado. Sua via principal é a eleitoral. Tudo o que fazem tem como objetivo continuar ganhando as eleições, sucessivamente: de um lado, o palanquismo-messiânico (do líder que se diz predestinado a salvar os pobres) regado com assistencialismo-clientelista (o neoclientelismo) e, de outro, a conquista dos meios institucionais pela privatização partidária da esfera pública e pela alteração da lógica de funcionamento das instituições. Essa é a fórmula do neopopulismo.

À pergunta de “por que renasce de tempos em tempos a erva daninha do populismo na América Latina?”, Krauze responde:

*“As razões são diversas e complexas, mas aponto duas. Em primeiro lugar, porque suas raízes se fundem em uma noção mais antiga de “soberania popular” que os neo-escolásticos do século 16 e 17 propagaram nos domínios espanhóis, que teve uma influência decisiva nas guerras de independência de Buenos Aires ao México. O populismo tem, além disso, uma natureza perversamente “moderada” ou “provisória”: não termina sendo plenamente ditatorial nem totalitário; por isso alimenta sem cessar a enganosa ilusão de um futuro melhor, mascara os desastres que provoca,*

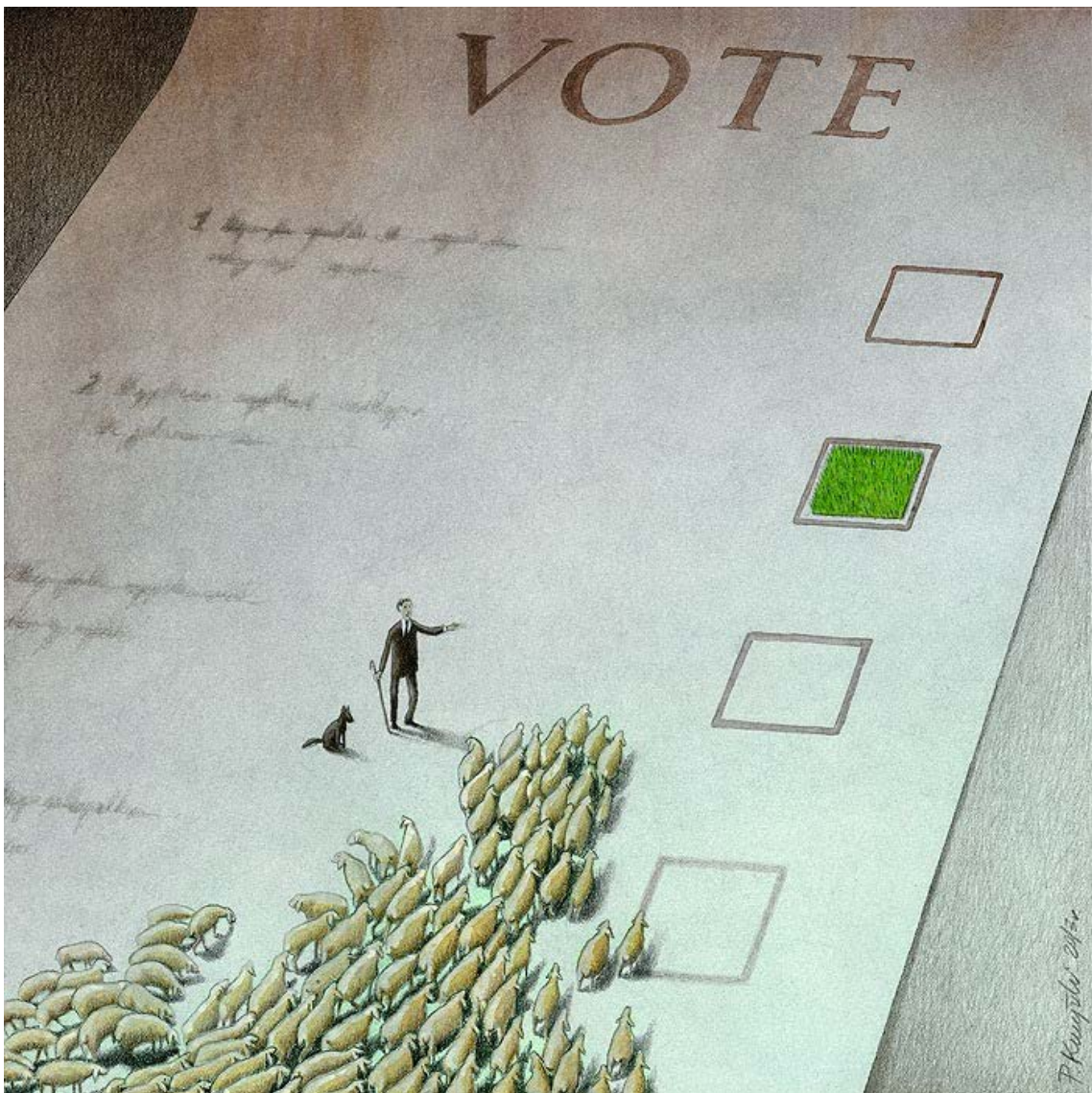
*posterga o exame objetivo de seus atos, amansa a crítica, adultera a verdade, adormece, corrompe e degrada o espírito público. Desde os gregos até o século 21, passando pelo aterrador século 20, a lição é clara: o efeito inevitável da demagogia é subverter a democracia” (2).*





## A DEMOCRACIA TEM PROTEÇÃO EFICAZ CONTRA O USO DA DEMOCRACIA CONTRA A DEMOCRACIA?

*Governos eleitos democraticamente, para conseguir um aval para não governar democraticamente, são a principal ameaça hodierna ao processo de democratização.*



A democracia surgiu na velha Grécia como um movimento de desconstituição de autocracia. O motivo fundante foi evitar a volta de tiranias como a dos Psistrátidas.

Para tanto, foram criados procedimentos e mecanismos que, mal ou bem, cumpriram sua função nos cem primeiros anos da experiência. Reinventado pelos modernos, o *software* democrático manteve ativa tal funcionalidade. De sorte que, nos últimos dois séculos, as democracias floresceram, e as ditaduras feneceram.

Péricles e seu "*think tank*" ateniense (o núcleo do "partido" democrático ao qual pertenciam Protágoras e Aspásia) já haviam se dado conta em meados do século 5º antes da Era Comum que a democracia nascia com um defeito genético: ela não tinha proteção eficaz contra o discurso inverídico. E ainda não tem: contra um Címon jactante ou contra quase qualquer um dos políticos atuais, resilientes (na mentira), pouco podem as regras da democracia.

Não se deram conta, porém, os fundadores, de que a democracia tinha outro gene defeituoso, que só foi ativado recentemente, após a última onda democratizante do século 20, que sepultou as ditaduras latino-americanas (com exceção de Cuba) e os regimes autocráticos da ex-URSS e do Leste Europeu.

Esse gene recessivo revelou-se como um erro de projeto: a democracia também não tem proteção eficaz contra o uso de procedimentos democráticos (como as eleições) contra ela própria.

O primeiro pensador democrático a antever os efeitos devastadores do uso da democracia contra a democracia foi John Dewey, que percebeu as armadilhas da sua instrumentalização a serviço da conquista do poder de Estado. E o último a teorizar sobre isso com consistência foi, sem dúvida, Ralf Dahrendorf, que constatou que apenas a eletividade não é um critério capaz de garantir a legitimidade dos regimes tidos por democráticos.

O fato é que uma nova onda autocratizante começou a se avolumar após o breve sopro democrático dos anos 80 e 90. Agora as ameaças à democracia não vêm mais das ditaduras clássicas, em que grupos autoritários empalmavam o poder por golpes de força. Não, agora elas vêm de governos eleitos por larga maioria que, depois, ocupam e pervertem as instituições da democracia para controlá-las.

São governos que foram, sim, eleitos democraticamente, mas para conseguir um aval para não governar democraticamente. Suas primeiras providências são perseguir os meios de comunicação e abolir a rotatividade democrática.

Pode-se até dizer que, com exceção da Rússia, todos eles (os países em processo de autocratização a partir do uso da democracia contra a democracia), são Estados-nações inexpressivos. É verdade, mas o problema é que essas protoditaduras são apoiadas politicamente por uma retaguarda importante ("mais civilizada", nem que seja por força da maior complexidade das suas sociedades), composta por democracias formais parasitadas por governos neopopulistas manipuladores.

## **A DINÂMICA ADVERSARIAL DA DEMOCRACIA DOS MODERNOS E A DIFICULDADE DE CONSTITUIÇÃO DE UM SENTIDO PÚBLICO**

Em geral não se percebe que autocracia e guerra estão coimplicadas. E que, portanto, movimentos de desconstituição de autocracia (isto é, movimentos de democratização), são movimentos de instalação de modos de regulação de conflitos que desconstituem a guerra por meio do pazeamento das relações. Nenhuma autocracia se sustenta sem guerra: seja a guerra propriamente dita, contra um inimigo externo ou interno configurado como grupo (organizado *top down*), seja a estado de guerra interno instituído a pretexto de combater um inimigo externo ou interno (ou dele se defender), seja a política praticada como arte da guerra (a política como continuação da guerra por outros meios, na *formule inverse* de Clausewitz-Lenin).

Ora, se o contrário da guerra não é a paz (como ausência de conflito), mas a política (democrática), então nenhuma democracia pode continuar sendo democratizada enquanto prevalecer a construção de inimigos e a luta contra eles. Esta é a razão pela qual a segunda democracia (a democracia dos modernos) não pode ser mais democratizada na medida em que se instala em (e se circunscreve às) estruturas desenhadas para a guerra (*lato sensu*, ou seja, a guerra "quente", fria, o estado de guerra ou a política pervertida como arte da guerra) e fortemente influenciadas por sua dinâmica.

Os modernos nunca chegaram a entender plenamente que o processo de democratização é limitado pela sua convivência com a guerra. Talvez



porque, condenados a administrar estruturas desenhadas pela guerra (o Estado-nação moderno) não tenham conseguido captar, no plano conceitual, a contradição fundamental entre democracia e guerra.



Na verdade, nem os antigos democratas tiveram um entendimento adequado dessa contradição ou incompatibilidade original entre guerra e democracia. Sua compreensão de que a guerra era uma realidade apolítica se deu mais no plano factual do que conceitual.

Muito antes dos gregos, o principal movimento autocratizante foi a guerra. E, depois dos gregos, a guerra foi o meio universal de acabar com a política (democrática) ou de estreitar a brecha por ela aberta nos sistemas de dominação. Guerra como modo de regular conflitos e de alterar a morfologia e a dinâmica da rede social para se preparar para o conflito externo (por meio do chamado “estado de guerra”, instalado internamente) foi o meio pelo qual a tradicionalidade política pôde se prorrogar, não apenas derrotando inimigos de modo violento, mas também construindo continuamente tais inimigos com o intuito de preservar uma morfologia e uma dinâmica social que, erigida em função da guerra, constituiu-se como um complexo cultural. Usando-se uma metáfora contemporânea, trata-se de um programa (*software*) que foi instalado na rede social e adquiriu capacidade de modificar essa rede (*hardware*) para se auto-replicar.

Quando reinventaram a democracia os modernos não perceberam que o grande problema para a política democrática não é prioritariamente a guerra propriamente dita, a guerra “quente” – conquanto ela continue sendo promovida por quistos autocráticos instalados em países democráticos contra países não-democráticos, por países não-democráticos contra países democráticos e por países não-democráticos entre si – mas o exercício da política como “arte da guerra” (esta sim, praticada universalmente como *realpolitik*). O que os modernos não entenderam? Os limites ao processo de democratização colocados pela sua convivência com a guerra, no caso, com a política praticada como uma espécie de continuação da guerra.

A questão de fundo é que a regulação da esfera pública (sem a qual não pode haver qualquer tipo de democracia) não pode se dar por meio de uma guerra (ou da política praticada como arte da guerra) entre grupos privados, como imaginaram os modernos. Os processos de competição política legalizados e institucionalizados pela democracia representativa não dão conta de construir uma governança democrática. Na falta desta, as suas instituições conseguem, no máximo, estabelecer uma governabilidade (em grande parte autocrática), dedicando-se a manter as regras de uma luta , de um combate permanente entre grupos privados, assegurando que o vencedor tenha o direito de privatizar a esfera pública de modo a prorrogar o seu poder sobre a sociedade (no fundo há sempre uma disputa pelo butim, na base do *spoil system*).

A principal instituição política não estatal da democracia dos modernos - senão a única - é o partido. Mas tal como o Estado-nação, partidos são instituições guerreiras: ainda quando não se dediquem ao conflito violento, operam a política como arte da guerra, como uma continuação da guerra por outros meios. Nesta exata medida, são organizações antidemocráticas. É difícil acreditar que o resultado desse embate constante, dessa interação adversarial permanente entre organizações privadas, conseguirá constituir um sentido público. Mas os modernos acreditaram nisso, talvez porque tenham se deixado influenciar pela autorregulação mercantil, que se dá por meio da competição entre atores privados. Mas a lógica e a racionalidade do mercado não são as mesmas da esfera pública. Sociedades competitivas, aliás, não constituem bons

ambientes para mercados competitivos. Quem tem que ser competitivo é o mercado, não a sociedade.

Se não havia derramamento de sangue, pensaram os modernos: tudo bem. Mas não, não estava tudo bem para a continuidade do processo de democratização.



## INDICAÇÕES DE LEITURA

1 - É bom ler e reler várias vezes o artigo de Enrique Krauze, “Os dez mandamentos do populismo”, traduzido e republicado pelo jornal O Estado de São Paulo. Outro artigo interessante é “*El hipnótico modelo populista*”, de Marcos Aguinis, publicado pelo jornal La Nación (15/06/07).

O artigo de Krauze já está no Apêndice 1 do TEXTO 7

2 - Vale a pena ler o livro de Ralf Dahrendorf (1997) *After 1989: morals, revolution and civil society*. Existe tradução brasileira: Dahrendorf, Ralf (1997). *Após 1989: moral, revolução e sociedade civil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

## NOTAS

(1) Krause, Enrique (2006). “Os dez mandamentos do populismo”. O Estado de São Paulo (15/04/06). Enrique Krauze Kleinbort é editor, historiador e ensaísta mexicano, diretor da Editorial Clío e da revista cultural “Letras Libres”.

(2) Idem.